



COMPANHIA DOCAS DE SÃO SEBASTIÃO

CNPJ Nº. 09.062.893/0001-74

SECRETARIA DE ESTADO
DOS TRANSPORTES



RELATORIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2008

O Convênio de Delegação, celebrado em junho de 2007 entre a União e o Estado de São Paulo, prevê a exploração do Porto Organizado de São Sebastião pelos próximos 25 (vinte e cinco) anos; e entre outras obrigações foi pactuada a criação de uma empresa, a Companhia Docas de São Sebastião, para exercer as atribuições exaradas no artigo 33 da Lei federal nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, como interveniente do Estado na execução do referido Convênio. Tal iniciativa objetivou reinserir o Porto de São Sebastião no cenário portuário, ao mesmo tempo em que potencializa um projeto logístico que dá sustentação ao crescimento da economia paulista.

O projeto de desenvolvimento do Porto de São Sebastião apóia-se em duas frentes: a) na requalificação da infraestrutura existente – que se materializa no curto prazo, e restabelece as condições mínimas de competitividade de São Sebastião no cenário portuário; e b) na ampliação da área do porto organizado e sua infraestrutura, incluindo os acessos rodoviários e as interfaces com o município de São Sebastião.

Em síntese, as mais importantes iniciativas e o seu alcance são apresentados da seguinte forma:

Intervenções	Repercussão
Regularização do alfandegamento da Zona Primária	Aumento da área oferecida para cargas alfandegadas
Dragagem de Aprofundamento nos berços auxiliares para 7,0 metros	Utilização ampliada permitindo o uso simultâneo dos berços internos
Implantação do ISPS – CODE, fase inicial controle de acessos	Incorporação do Porto às regras internacionais de segurança à navegação marítima
Avaliação estrutural do píer e da área secundária de armazenagem	Sondagens e Observação subaquática do píer, atestando a sua resistência
Demolição de dois armazéns no cais	Maior sinergia nas operações articuladas entre os berços internos e o externo
Construção de uma torre de iluminação no cais	Possibilita funcionamento durante 24 horas, preservando a segurança operacional
Concepção do empreendimento	Plano Integrado Porto-Cidade (PIPC) para ampliação do Porto privilegiando as relações portuárias, urbanas e ambientais
Obtenção da Licença Prévia do PIPC	IBAMA aprovou Plano de Trabalho do empreendimento
Aumento das operações portuárias	Aumento da tonelagem movimentada de 490 mil para 833 mil toneladas anuais
Reestruturação Tarifária	Aprovação pela ANTAQ em 1/12/08 para vigência a partir de janeiro de 2009

- I) A área total disponível no Porto Organizado para armazenagem e realização das operações portuárias totaliza 400.000 metros quadrados. A redemarcação da Zona Primária, com 196.040,05 metros quadrados, proporcionou a ampliação da área antes oferecida para operações de clientes detentores de cargas que necessitem de espaço e facilidades alfandegárias. A partir de 2008, a área alfandegada passou a contar com três armazéns lonados de capacidade total de seis mil metros quadrados e um armazém no cais com 1.000 metros quadrados, e pátios descobertos com 79.700 metros quadrados;
- II) A dragagem realizada na bacia interna contígua ao berço principal possibilitou ampliar a área disponível para uso em operações simultâneas no cais comercial. A bem sucedida experiência em oferecer o Porto como base logística ao Projeto Mexilhão, da Petrobrás, evidenciou o êxito da intervenção: durante tantos

dias, embarcações de grande e médio porte, desembarcaram e reembarcaram os tubos destinados ao gasoduto da Petrobrás, movimentando tantas toneladas, no berço principal, enquanto os pátios do Porto movimentaram para reembarque de forma simultânea nos berços internos em duas ou três embarcações com destino ao campo de gás em alto mar, localizados a 143 quilômetros da costa. A operação envolveu x empresas, as autoridades do Porto Organizado e quinhentas e tantas pessoas, no período. Digna de se mencionar a inexistência de acidentes profissionais ou a ocorrência de danos materiais às cargas e equipamentos em todas as fases da operação portuária;

III) A implantação do controle de acessos de pessoas e veículos, mais as medidas de instalação de câmeras de vigia e de monitoramento, constituíram a primeira fase de atendimento à convenção internacional do ISPS-Code, estando o Porto de São Sebastião apto a operar cargas com gerenciamento de riscos;

IV) A contratação de serviços técnicos especializados de sondagens mistas tanto na ponte de acesso ao píer, seguidas dos testes de esforço e de resistência impostos aos cais principal, primordiais para a segurança das operações realizadas, proporcionou a oportunidade de documentar tecnicamente o estado das instalações de atracação do Porto. De forma idêntica, foram realizadas investigações subaquáticas, bem como ensaios e avaliações técnicas para aprofundamento para 7 metros na dársena interior;

V) A demolição de dois armazéns, antes localizados na área de circulação do cais principal, favoreceu o *handling* e a circulação dos veículos e equipamentos de transporte vertical e horizontal, otimizando os ciclos de embarque e desembarque, ensejando a articulação operacional simultânea dos berços, interno e externo;

VI) A parceria entre a Companhia Docas de São Sebastião e a Companhia Paulista de Desenvolvimento, com a interveniência da Secretaria de Estado dos Transportes, foi iniciada e visa: a) dimensionar o mercado potencial de cargas diante das condições excepcionais oferecidas pelo Porto para a atração de negócios (instalações abrigadas em águas profundas, ausentes as interferências de estuários); b) a validação dos estudos técnicos de engenharia para implementar o Plano Integrado Porto-Cidade e as suas interfaces com o município de São Sebastião, bem como a elaboração do termo de referência e os decorrentes estudos técnicos para obter a licença prévia ambiental total do empreendimento; c) desenvolver a documentação para a obtenção da Licença de Operação do Porto de São Sebastião; e d) a modelagem dos temários das audiências públicas e dos editais para o arrendamento de serviços portuários aos operadores privados;

VII) A concretização das ações elencadas resultou no aumento de 70% na movimentação de cargas no Porto de São Sebastião, passando de níveis históricos de 490 mil para 833 mil toneladas anuais. Outras ações e intervenções contemplaram, durante o ano findo, o apoio à implantação dos campos de gás e de petróleo na Bacia de Santos; o oferecimento das instalações portuárias para acabamento e montagem final de bens de produção na área secundária do Porto; e o desenvolvimento de um "Plano de Turismo" para as embarcações que operam cruzeiros marítimos no canal entre São Sebastião e Ilhabela. Além disso, melhoraram a infraestrutura para movimentação das cargas tradicionalmente operadas nas instalações de São Sebastião: barrilha, fosfato, veículos acabados e carga viva, dentre outras. A Companhia prepara também a modelagem para o processo de arrendamento das instalações portuárias existentes e a projeção de sua expansão, para o horizonte de 2009 a 2011. Serão outorgadas autorizações, precedidas das necessárias obras e a aquisição dos equipamentos para a operação por parte dos empreendedores privados na exploração das potencialidades de São Sebastião, sob a égide da Lei nº 8630/93 (Lei dos Portos).

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Em Reais)

ATIVO	31.12.2008	31.12.2007	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.2008	31.12.2007
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Disponibilidades	1.555.547	212.315	Fornecedores	97.064	1.696
Contas a Receber	338.732	-	Impostos e Contribuições a Recolher	157.051	-
Tributos a Recuperar	222.003	-	Contas a Pagar	7.200	1.917
Despesas Antecipadas	1.317	-	Remunerações e Encargos a Recolher	110.761	49.531
Total do Circulante	2.117.599	212.315	Provisão de Férias a Pagar	92.064	7.829
NÃO CIRCULANTE			Adiantamento de Clientes	3.171	-
Realizável a Longo Prazo			Total do Circulante	467.311	60.973
Créditos Tributários (IRPJ e CSLL)	738.616	-	NÃO CIRCULANTE		
Imobilizado			Verbas da União	1.304	-
Custo	3.858.240	-	Partes Relacionadas	3.757.457	373.681
Depreciação Acumulada	(42.933)	-	Total do Não Circulante	3.758.761	373.681
	3.815.307	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Intangível			Capital Social	4.960.000	109.000
Custo	33.200	-	Prejuízos Acumulados	(2.246.889)	-
Amortização Acumulada	(1.695)	-	Total do Patrimônio Líquido	2.713.111	109.000
	31.505	-	TOTAL DO PASSIVO	6.939.183	543.654
Diferido					
Custo	295.195	331.339			
Amortização Acumulada	(59.039)	-			
	236.156	331.339			
Total do Não Circulante	4.821.584	331.339			
TOTAL DO ATIVO	6.939.183	543.654			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Em Reais)

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Integralização de Capital	109.000	-	109.000
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	109.000	-	109.000
Integralização de Capital	4.851.000	-	4.851.000
Prejuízo Líquido do Exercício	-	(2.246.889)	(2.246.889)
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	4.960.000	(2.246.889)	2.713.111

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

1- Contexto Operacional: A companhia foi formalmente constituída através da Assembléia Geral de Constituição por Subscrição Particular, de 03/09/07 e, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, em 06/09/07. Sua finalidade precípua é exercer as atribuições de Autoridade Portuária no Porto Organizado de São Sebastião, na forma da Lei Federal nº. 8.630, de 25/02/93, e de acordo com o Convênio de Delegação celebrado entre Estado e União Federal em 15/06/07, nos termos da Lei federal nº. 9.277, de 10/05/96. Compete ainda à companhia, no exercício de suas atividades sociais: » Implantar, construir, reformar, ampliar, melhorar, manter, arrendar e explorar a infra-estrutura do Porto de São Sebastião; » Executar a política estadual de infra-estrutura portuária no porto referido; » Propor ao Secretário dos Transportes a declaração de utilidade pública de bens móveis e imóveis, necessários à consecução de suas finalidades; » Autorizar o acesso de embarcações à Área do Porto Organizado, em conformidade com o previsto no regulamento operacional do porto; » Fixar os valores tarifários na área de sua jurisdição, segundo a política estadual para o setor, propondo a homologação pelo Conselho de Autoridade Portuária - CAP; » Fiscalizar o cumprimento de leis e normas que disponham sobre as atividades relativas à sua jurisdição; » Fiscalizar a observância dos direitos relativos aos trabalhadores portuários, segundo a legislação pertinente; » Implementar outras ações e atividades pertinentes aos seus propósitos, que lhe sejam delegadas pelo Estado, relativamente à administração do Porto de São Sebastião.

2- Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas pela legislação societária - Lei nº. 6.404/76, e demais disposições complementares emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Lei nº. 11.638/07 e a Medida Provisória 449/08 modificaram a Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das referidas demonstrações e seus ajustes estão detalhados na Nota Explicativa nº. 3.

3- Resumo das Principais Práticas Contábeis: **3.1 Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07:** As modificações impostas pela nova legislação obrigam as empresas, para fins de comparabilidade entre os exercícios, a adaptarem as demonstrações contábeis encerradas em 31/12/07. Entretanto, o Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei 11.638/07 e Medida Provisória 449/08, permite que os ajustes com impacto no resultado de exercícios anteriores sejam contabilizados contra lucros e prejuízos acumulados. Como a Companhia apenas entrou em atividade operacional a partir de 15/01/08, não teria ela condições de gerar resultados no exercício de 2007. Sendo assim, todos os ajustes que impactariam o resultado de 2007, foram contabilizados diretamente no grupo de contas do Ativo Diferido (vide Nota Explicativa nº. 8, na sequência). **3.2 Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros não derivativos, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas, estão registrados aos custos atribuíveis para cada transação e, no caso de aplicações financeiras, do custo acrescido dos rendimentos auferidos

até a data de encerramento do exercício. **3.3 Contas a Receber de Clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, descontados os tributos retidos na fonte. Estão demonstradas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, esta considerada suficiente pela administração face à eventuais perdas. Não houve ajuste a valor presente em montante considerado relevante.

3.4 Imobilizado e Intangível: Está registrado ao custo de aquisição e/ou construção. A depreciação e amortização são calculadas pelo método linear às taxas que levam em conta o tempo de vida útil dos bens e, para os custos relacionados diretamente às benfeitorias realizadas na área portuária, ao período total estabelecido de 25 anos, conforme disposto no Convênio de Delegação celebrado em 15/06/07 entre União e Estado. **3.5 Diferido:** Os valores registrados no Ativo Diferido referem-se aos gastos incorridos na fase pré-operacional com pessoal e seus respectivos encargos sociais, com publicações legais, telecomunicações, viagens e despesas gerais. A amortização está sendo realizada pelo método linear, em 5 anos. **3.6 Redução ao Valor Recuperável:** Os ativos imobilizado, intangível e diferido foram objeto de avaliações quanto à possibilidade de recuperação futura pelas operações normais da Companhia e não se identificou a necessidade de quaisquer ajustes contábeis decorrentes. **3.7 Compensação Ativa / Passiva:** Os bens patrimoniais utilizados na exploração das atividades operacionais da companhia - objeto de levantamento físico, a cargo de comissão constituída conforme Portaria nº 209/2007-ANTAQ, de 19/10/07, da ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários - foram registrados em rubricas contábeis de compensação ativa e passiva (não apresentadas nos balanços patrimoniais), pois foram cedidos à companhia, por força do Convênio de Delegação ao Estado de São Paulo, referente ao Porto de São Sebastião. Todavia, a titularidade dos bens patrimoniais em referência continuará com a União. O valor total contabilizado dos bens foi de R\$ 44.586.042. **3.8 Créditos Tributários de IRPJ e CSLL:** Os créditos tributários de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foram contabilizados aplicando-se as alíquotas de 15% e 9% sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social apurados em 2008.

4- Seguros: Foram contratados seguros envolvendo as instalações da companhia situadas na região portuária da cidade de São Sebastião. As apólices de seguros contemplam riscos contra incêndio, explosão e fumaça, assim como danos elétricos, vendaval, impacto de veículos e queda de aeronaves.

5- Capital Social: Em 31/12/08 o Capital Social Integralizado está representado por 4.960.000 (quatro milhões e novecentos e sessenta mil) ações ordinárias nominativas. O Capital Autorizado é de R\$ 5.000.000,00, conforme artigo 4º, § único, do Estatuto Social.

6- Transações com Partes Relacionadas: Ocorreu a seguinte movimentação no exercício social de 2008:

Parte Relacionada	Saldo do Passivo Não Circulante em 31/12/07		Saldo do Passivo Não Circulante em 31/12/08	
	R\$	R\$	R\$	R\$
Dersa - Desenv.				
Rodoviário S/A	373.681	3.744.278	(360.502)	3.757.457

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 (Em Reais)

	31.12.2008
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	
Serviços Prestados	5.550.626
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	
Impostos e Contribuições Sociais sobre Receitas	(790.965)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	4.759.661
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	
Custo de Operações	(4.554.759)
LUCRO BRUTO	204.902
DESPESAS OPERACIONAIS	
Despesas Administrativas	(3.282.214)
(Despesas) Receitas Financeiras Líquidas	91.807
	(3.190.407)
PREJUÍZO ANTES DO IRPJ E CSLL	(2.985.505)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido	738.616
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(2.246.889)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 (Em Reais)

	31.12.2008
ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Prejuízo Líquido do Exercício	(2.246.889)
Depreciações e Amortizações	103.667
Provisões de Partes Relacionadas de Longo Prazo	3.744.278
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.381
Ajuste a Crédito no Ativo Diferido (AVP - 2007)	36.144
Créditos Fiscais Diferidos	(738.616)
	899.965
Aumento em Contas a Receber	(340.113)
Aumento em Tributos a Recuperar	(222.003)
Aumento em Despesas Antecipadas	(1.317)
Aumento em Fornecedores	95.368
Aumento em Impostos e Contribuições a Recolher	157.051
Aumento em Remunerações, Encargos e Férias	145.465
Aumento em Contas a Pagar	5.283
Aumento em Adiantamento de Clientes	3.171
Diminuição em Partes Relacionadas de Longo Prazo	(360.502)
Aumento em Verbas da União	1.304
Caixa Líquido Gerado das Atividades Operacionais	383.672

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Aquisição de Imobilizado	(3.858.240)
Aquisição de Intangível	(33.200)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Invest.	(3.891.440)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Integralização de Capital	4.851.000
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	4.851.000
Aumento Líquido de Caixa	1.343.232
Saldo de Caixa + Equivalente de Caixa em 31/12/2007	212.315
Saldo de Caixa + Equivalente de Caixa em 31/12/2008	1.555.547
Aumento Líquido de Caixa	1.343.232

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Dentre as principais operações mantidas pela companhia junto à DERSA, destacam-se a cessão de funcionários feita pela DERSA.

7- IMOBILIZADO E INTANGÍVEL: Estão assim compostos em 31 de dezembro de 2008:

Descrição	Taxas de Depreciação	Custo Original R\$	Depreciação Acumulada R\$	Valor
				Líquido R\$
Imobilizado				
Beneficência em Propried. de Terceiros	4 % a.a.	1.352.287	(7.266)	1.345.021
Móveis e Utensílios	10% a.a.	89.354	(2.528)	86.826
Hardware	20% a.a.	70.768	(6.964)	63.804
Dragagem Corretiva	4 % a.a.	2.190.716	(20.585)	2.170.131
Aparelhos de Som/ Vídeos/Imagem	10 % a.a.	4.765	(142)	4.623
Instalações	10 % a.a.	109.607	(3.864)	105.743
Máquinas e Equipos	10 % a.a.	39.429	(1.510)	37.919
Copa e Cozinha	10 % a.a.	1.314	(74)	1.240
Total do Imobilizado		3.858.240	(42.933)	3.815.307
Intangível				
Softwares	20 % a.a.	33.200	(1.695)	31.505
Total do Intangível		33.200	(1.695)	31.505

8 - DIFERIDO: A movimentação deste grupo de contas contábeis em 2008 ocorreu da seguinte forma:

Descrição	Valor R\$
Salários, Honorários e Pro Labore	263.304
Encargos Sociais	46.274
Publicações Legais	8.398
Viagens	6.479
Telecomunicações	2.290
Gerais	4.594
Total do Custo em 31/12/07	331.339
Contrapartida do Ajuste a Valor Presente, que impactaria o Resultado do Exercício Social de 2007.	(36.144)
Despesa de Amortização do Exercício Social de 2008	(59.039)
Saldo do Ativo Diferido em 31/12/08	236.156

continua...



continuação...

COMPANHIA DOCAS DE SÃO SEBASTIÃO

CNPJ Nº. 09.062.893/0001-74

SECRETARIA DO ESTADO
DOS TRANSPORTES



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **COMPANHIA DOCAS DE SÃO SEBASTIÃO**, abaixo assinados, no exercício de suas atribuições, examinaram o Balanço Geral e demais documentos apensos ao mesmo, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, tendo constatado que toda a documentação atende às normas legais pertinentes e reflete a verdadeira situação financeira e patrimonial da Companhia, recomendam sua aprovação pela Assembléia Geral de Acionistas da Sociedade.

São Paulo, 16 de março de 2009.

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da **COMPANHIA DOCAS DE SÃO SEBASTIÃO**, em cumprimento às determinações legais e estatutárias, tomaram conhecimento do Relatório da Administração e das Contas da Diretoria, referentes ao exercício anual de 2008 e louvando-se no Parecer dos Auditores Independentes, bem como do Conselho Fiscal, deliberaram que as referidas peças estão formalmente em condições de serem submetidas à apreciação da Assembléia Geral de Acionistas da Sociedade.

São Paulo, 23 de março de 2009.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Conselheiros e Diretores da

COMPANHIA DOCAS DE SÃO SEBASTIÃO

1. Examinamos o balanço patrimonial da **COMPANHIA DOCAS DE SÃO SEBASTIÃO** levantado em 31 de dezembro de 2008 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício social findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DOCAS DE SÃO SEBASTIÃO** em

31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e seus fluxos de caixa correspondentes ao exercício social findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Anteriormente, auditamos as demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial e a demonstração das mutações do patrimônio líquido, sobre as quais emitimos parecer sem ressalva, datado de 14 de março de 2008. Conforme mencionado nas notas explicativas de nºs 2 e 3.1, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações contábeis de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pela NBC T 19.18 – Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória nº. 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios sociais.

São Paulo, 30 de janeiro de 2009.

ANTUNES AUDITORES ASSOCIADOS - CRC 2 SP 022605/O-7

Jerônimo Antunes - Contador - CRC 1 SP 143415/O-0

DIRETORIA

Frederico Victor Moreira Bussinger

Diretor Presidente

Sergio Krichaná Rodrigues

Diretor de Administração e Finanças

Paulo Rogério de Souza Almeida - Diretor de Gestão Portuária

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mauro Guilherme Jardim Arce - Presidente

Elizete Aparecida Rossoni Miranda - **Frederico Victor Moreira Bussinger**

José Geraldo Siqueira Vantine - **Paulo César Rangel**

Thomaz de Aquino Nogueira Neto

CONSELHO FISCAL

Adriana Paranhos Pinto - **Augusto Wagner Padilha Martins**

Mario Dourado Batista - **Renata de Andrade Leal**

Ilza do Carmo - CRC. nº SP 131.994 - CPF. 064.970.388-09